

Guareschi, N. M. F.; Lara, L.; Azambuja, M. A. & Gonzales, Z. K. Por uma Lógica do Desassujeitamento: O Pensamento de Michel Foucault na Pesquisa em Ciências Humanas

Por uma Lógica do Desassujeitamento: O Pensamento de Michel Foucault na Pesquisa em Ciências Humanas

For a Logic of Unsubjectivation: Michel Foucault's Thinking In Human Sciences Research

Neuza Maria de Fátima Guareschi¹

Lutiane de Lara²

Marcos Adegas de Azambuja³

Zuleika Köhler Gonzales⁴

Resumo

A história de constituição do campo das Ciências Humanas coloca para a prática de pesquisa a questão de que o próprio objeto de pesquisa é também o sujeito do ato de pesquisar. O objetivo desse texto, diante dessa problemática, é trazer as contribuições do filósofo Michel Foucault para recolocarmos o problema da relação entre sujeito/objeto da pesquisa com humanos a fim de propormos outras questões para nossos "objetos/sujeitos" de estudo. Para isso, interessa-nos, em um primeiro momento, abordar a constituição do sujeito moderno produzido pelas Ciências Humanas. Em um segundo tempo, discutir as estratégias ético-políticas instauradas nas pesquisas com humanos. Assim, como será possível acompanhar, não mantemos o foco somente nos problemas de como estabelecer a relação com os outros na pesquisa e de como tomar suas produções enunciativas, mas procuramos compreender algumas instâncias do dispositivo científico, que modulam/governam as formas de relação com a pesquisa.

Palavras-chave: pesquisa em ciências humanas; relação sujeito e objeto; assujeitamento; desassujeitamento; governamentalidade.

Abstract

The history of constitution of the Human Sciences places to the practice of research the question that the very object of research is also the subject of the act of researching. The aim of this paper is to think the problem of the relationship between subject and object of research in Humanities in order to propose other questions to the "objects / subjects" of study. First, the text approaches the formation of the modern subject produced by the Human Sciences. Second, it discusses the production of ethical and political strategies in research with humans. Therefore, the article does not keep the focus only on the problems of how to establish relationships with the others in research and how to comprehend their productions of enunciation, but it tries to understand some instances of the scientific apparatus that modulate/govern the forms of relationship with research.

Keywords: Research in Human Sciences; Subject-Object Relationship; Lack of Subjectivation; Unsubjectivation; Governability.

¹ Doutora em Educação - University of Wisconsin-Madison. Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço para correspondência: Av. Ramiro Barcelos, 2600, Bairro Santana, Porto Alegre, RS, Brasil. CEP: 90.035-003. Endereço eletrônico: nmguares@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: lutianelara@yahoo.com.br

³ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: madegas@yahoo.com.br

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: zuleika3012@yahoo.com.br

Introdução

Os debates que envolvem o tema da participação entre pesquisador e pesquisado em Ciências Humanas ultrapassam meio século na realidade brasileira. Essas disputas referem-se ao dilema das Ciências Humanas que, pela forma de lidar com as características de seu objeto de pesquisa, configuram-se a partir do esquema científico hegemônico da modernidade, pois imediatamente abre-se a questão nas ciências do homem de que o próprio objeto de pesquisa é também o sujeito do ato de pesquisar. Duas vias têm sido adotadas como resposta ao dilema: seguir o caminho das Ciências Naturais e Exatas engendradas no projeto da modernidade de forma hegemônica, ou criar uma ruptura crítica construindo outra(s) ciência(s) capaz(es) de abordar, por outras lógicas, as especificidades do objeto. Cabe salientar que, ao nos referirmos à ciência hegemônica, não estamos apenas falando das conhecidas Ciências Naturais então emergentes (física, química) e Exatas, mas também daquelas ciências derivadas que buscam as significações ou os sentidos através da descrição da experiência vivida (história, sociologia, biologia...). O que seria isto? Seria, por exemplo, na psicologia, buscar na história ou na cultura, essa compreensão da experiência vivida, ou seja, as significações pregressas como imanentes às condutas atuais. Na perspectiva psicológica, Freud inaugura isto. Nesse momento (no momento de Freud), na esteira das análises causais científicas (a busca de uma causa ou de uma origem para o que ocorre agora), constitui-se a intenção de dar uma objetividade positiva às significações que visam a ultrapassar as contradições do humano. Este é um projeto questionado por Foucault que podemos encontrar no texto *Psicologia de 1850 a 1950*, escrito em 1957.

Assim, neste artigo, após termos mencionado o dilema das ciências humanas, nos interessa trazer para o debate alguns efeitos do caminho de ruptura crítica quanto à relação entre pesquisador e pesquisado nas Ciências Humanas, quando esse caminhar crítico se faz juntamente e a partir de uma produção de pensamento de Michel Foucault, especialmente, dialogando com sua obra “As palavras e as Coisas” e com a entrevista “O que é a Crítica”.

É importante considerar que essa relação entre pesquisador e pesquisado nas ciências humanas se atrela à condição de existência dessas ciências da modernidade clássica: o fato de elas tratarem de

uma realidade na qual nós próprios somos agentes. O que queremos dizer é que, no decorrer da existência das ciências humanas, o “homem” sujeito/pesquisador torna-se objeto “homem”/pesquisado do conhecimento. Ou seja, essas ciências abordam o “homem” como objeto do conhecimento. Essa relação emergente entre pesquisador e pesquisado se engata na condição de possibilidade das Ciências Humanas, pois só podemos falar de ciências que tomam o “homem” como objeto de estudo, quando o “humano” passa a colocar em questão sua própria condição de ser vivo (Foucault, 2007).

Como interposto nos estudos de nosso grupo de pesquisa, o pensamento a partir de Michel Foucault tenciona a relação tradicional entre sujeito e objeto ou entre sujeitos e sujeitos coautores na prática da pesquisa. Mais que isso, ele promove uma problematização da própria noção de sujeito. Nesse sentido, o objetivo desse texto, diante dessa problemática, é trazer as contribuições desse filósofo para recolocarmos o problema da relação entre sujeito/objeto da pesquisa com humanos a fim de propormos outras questões para nossos “objetos/sujeitos” de estudo. Ou seja, as condições de possibilidade dessa relação para compreender seus efeitos e assim recolocá-la – o que pode ser o efeito dessa relação: o assujeitamento.

Para isso, interessa-nos, em um primeiro momento, abordar a constituição do sujeito moderno produzido pelas Ciências Humanas, destacando, num primeiro momento, a obra “As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas” (2007). Em um segundo tempo, discutir as estratégias ético-políticas instauradas nas pesquisas com humanos. Assim, como será possível acompanhar, não mantemos o foco somente nos problemas de como estabelecer a relação com os outros na pesquisa e de como tomar suas produções enunciativas, mas, se assim pode-se dizer, procuramos compreender algumas instâncias do dispositivo científico, que modulam/governam as formas de relação com a pesquisa (Ou seja: da relação entre pesquisador e pesquisado, melhor dizendo, essa relação nos interessa para se pensar o que é permitido falar nessa relação).

A pesquisa com seres humanos nas Ciências Humanas: um caso de redundância?

Boa parte da problemática em relação à emergência das Ciências Humanas ganha visibilidade na obra “As Palavras e as Coisas”

quando, em uma análise arqueológica, Foucault (2007) aborda as formações enunciativas que conduzem a produção do homem enquanto sujeito epistemológico. Recapitulando de forma sintética, lembremos que, até os fins do Renascimento, as palavras e as coisas correspondiam-se nos quadros de racionalidade da época por uma lógica da similitude/correspondência, ou seja, as teorias eram como que o decalque daquilo que se via. Havia, portanto, uma relação direta entre a palavra e a coisa, desde Platão e Aristóteles. Entretanto, em seguida, na época clássica da modernidade – aproximadamente século XVII – XVIII – passamos por uma primeira revolução para a constituição das ciências do homem, quando entre a palavra e a coisa surge a representação, a imagem mental que fazemos da realidade, fase do nascimento das grandes teorias do universo, com Copérnico, Galileu, Newton entre outros. Há aí um distanciamento entre palavra e coisa provocado pelo significado produzido pela linguagem. A palavra não mais ‘diz’ a coisa em si como correspondência exata, mas representa a coisa, cria uma imagem. Essas representações se organizam através das relações que se estabelecem entre as coisas a partir do que vemos. Lembremos da polêmica clássica entre racionalismo (Descartes) e empirismo (David Hume), buscando desvelar a lógica dos objetos e do próprio objeto-mundo enquadrando a realidade a partir de um modelo teórico indutivo ou dedutivo.

Mais adiante, no final do século XVIII com Emmanuel Kant ocorre, seguindo Foucault (2007), uma segunda revolução entre as palavras e as coisas. Em lugar de pensar mimeticamente (espelhar) a realidade, isto é, de estabelecer representações do real ou das coisas, passa-se a perguntar como o pensamento pensa. Quer dizer, ‘como Eu penso?’, estabelecendo um Eu que é o sujeito que pensa os objetos do mundo. As coisas já não estão mais aí no mundo, estão porque o Eu-sujeito as pensa como objeto. Assim, o ‘pensar o pensamento’ estabelece uma exterioridade ao próprio pensamento. O que se torna objeto do pensamento não é a representação (similitude) da realidade, como na primeira revolução, mas o próprio pensamento pensando o que pensa (o objeto). O real agora supõe um transcendental-subjetivo ou um sujeito transcendental. O sujeito não mais representa as coisas: ele as enquadra no espaço e no tempo, ou seja, agora reapresenta o objeto (o mundo pensado) à coisa submetida; o sujeito assim faz ciência com aquilo que está submetido ao pensar, isto é, o objeto. Em nossa discussão temos aí, portanto, o objeto-homem

submetido ao pensamento enquadrado no tempo e no espaço estabelecido por este sujeito transcendental.

Somente nesse ponto é que o homem pode criar uma ciência que estuda a ele mesmo, pois aí é possível estabelecer uma relação de exterioridade ao ato de objetivação (tornar objetivo), o que, por sua vez, torna possível que o pesquisador tome como objeto de estudo o próprio ato de pensar e a possibilidade da própria representação. Não há mais coisa representada, mas há um objeto, ou seja, para compreender o humano a partir dessa segunda revolução, é preciso tomar a própria cena da criação como objeto de estudo e não mais como representação similar (Foucault, 2007).

Dessa forma, os objetos da natureza, que já estavam dispostos no mundo antes do nascimento do homem como sujeito epistemológico, anunciam a finitude humana na positividade do saber. A positividade seria, aqui, a utilização de um esquema de análise a partir das ciências da natureza em torno de uma rigorosa exatidão, buscando um princípio de universalização nos elementos e episódios da vida, ou na redução de experiências complexas em elementos simples, ou ainda em uma análise causal dos acontecimentos ou significações, esquema esse formado para resolver problemas colocados pelas dificuldades da prática no domínio da natureza. Ao transpor para o pensamento de si, o homem se toma pensando nas suas próprias interrupções. Daí nasce, no âmbito das psicologias, a ‘psicologia do desenvolvimento’, da ‘adaptação’, ‘das perturbações afetivas’, etc. buscando, assim, resolver problemas no ‘em si-homem’ de uma outra ordem que não é mais a do provisório e do temporário presentes nas práticas da natureza.

Concomitante a essa positividade, a finitude do homem é utilizada como condição de possibilidade da produção do conhecimento. Ora, a finitude ao anunciar que a linguagem não é mais a responsável pela representação, mostra que pesquisar não é mais uma teoria da representação (infinita), mas pesquisar é mostrar como é possível que as coisas em geral sejam dadas à representação, em que condições, sobre que solo e até que ponto podem ser legitimadas (em um modo finito, dar como acabado) (Foucault, 2007).

Assim, o homem como objeto epistemológico, a partir de Foucault (2007), é uma invenção do pensamento moderno. O homem é uma produção discursiva em torno de uma categorização de objeto. E, é dessa maneira, que o homem se desfaz no próprio discurso que o produz. Nesse sentido, como produzir uma compreensão sobre o homem: 1º) Se o objeto a se estudar é ele mesmo? 2º) Se a

própria ferramenta de análise, o pensamento, é o próprio objeto a ser analisado? É necessário um recuo que coloca o pensamento como objeto de estudo; assim como, aquele que cria as representações – aquele que cria a possibilidade da produção do ser humano enquanto sujeito epistemológico – que é por excelência, o objeto de pesquisa das Ciências Humanas.

Tomemos agora o caso das metodologias nas Ciências Humanas que optam pelo caminho das Ciências Naturais e Exatas. Elas se utilizam de ferramentas de coleta e análise de dados que reúnem informações de uma realidade estabelecida de onde acreditam ser possível obter a verdade sobre o objeto de pesquisa. Essas técnicas de pesquisa – de entrevistas, questionários, grupos focais, observação, etc. – partem do pressuposto de que as ferramentas metodológicas poderiam criar uma verdade como se fosse uma “foto” dos sujeitos-objeto de pesquisa. A fotografia da realidade seria como uma verdade objetivada, um empreendimento que, através das falas e da observação do comportamento dos sujeitos, “grava” ou “escaneia” uma realidade subjetiva contida nas palavras, nos gestos, nos corpos. Superando a noção de representação similar, temos agora aqui uma separação clara do sujeito e do objeto da pesquisa, agora num processo de objetivação (tornar objetivo) destes sujeitos-objeto pesquisados.

Poderíamos ainda mencionar outro grupo das Ciências Humanas que opta pelo segundo caminho, o da ruptura crítica; esse permanece, de certa forma, reforçando a ideia de que os sujeitos da pesquisa – pesquisador e pesquisado – podem construir juntos outra realidade que supere aquela da experiência presente. Nesta posição, não há mais a ideia de sujeito e objeto de pesquisa; contudo, mesmo tomando os pesquisados como sujeitos, continua-se buscando ali uma verdade sobre o 'objeto-sujeito'. É o caso das pesquisas de cunho intervencionista-emancipatório: não saem da lógica que busca elementos em torno de uma verdade salvacionista que venham a suprir ou sanar as contradições do homem. Neste sentido, sob o ponto de vista epistemológico, uma das formas de resolução utilizada em larga escala nas pesquisas das ciências humanas tem sido a redução do problema a uma unidade totalizante em contraponto à dicotomia sujeito-objeto, esperando que essas contradições se dissolvam em plena objetividade (por exemplo, pesquisa-ação, os modelos sistêmico ou dialético...).

Considerando que a própria condição racional, ou seja, que o próprio raciocínio foi vinculado ao pensamento a partir do Renascimento, sendo,

portanto contemporâneo da sociedade moderna, poderíamos pensar que, diante disso, não estamos atrás de construir uma representação do mundo e de nós mesmos, mas estamos procurando formas, caminhos, esquemas de colocar o problema de como é possível que o homem seja representado pelo seu próprio pensamento. Ou seja, estamos colocando em questão a condição de compreender como pensamos o que pensamos. Seriam, nesse sentido, as Ciências Humanas um caso de redundância, como um cachorro que corre atrás do próprio rabo? Se entendermos que sim, elas estariam o tempo todo buscando compreender como é possível que o homem se torne um objeto de pesquisa. A pesquisa em Ciências Humanas seria um processo cíclico, já que buscaria compreender o homem não pelo inusitado de sua existência, mas pelas objetivações já produzidas sobre ele. É o pesquisador pesquisando a própria possibilidade de colocar o pesquisado como objeto de pesquisa. Em outras palavras, poderíamos dizer que o pesquisador permanece em si mesmo fazendo do pesquisado um instrumento de afirmação de si próprio. Aqui está o cíclico ou, se quisermos, o redundante!

Posto isso, podemos dizer que a relação entre pesquisador e pesquisado acontece de uma forma extremamente “amarrada”, já que o ato de pesquisa não seria possível sem uma “cena de pesquisa” em que são visibilizadas as objetivações apriorísticas sobre o pesquisado; ou seja, no momento em que se estabelece um determinado objeto-sujeito a ser pesquisado, já se encontra ali um conjunto de verdades estabelecidas e, por conseguinte, objetivadas sobre este objeto-sujeito e sobre o domínio – o científico, o linguístico, o jurídico, o médico, etc. - em que o pesquisador e o pesquisado se inscrevem. Assim, não só não se pode pensar uma separação entre estes, como não se pode pensá-los - o pesquisador e o pesquisado - fora de um processo de governo pela verdade, o qual, ao criar o pesquisado – sujeito epistemológico – cria também a própria possibilidade para o pesquisador produzir conhecimento sobre seu objeto-pesquisado.

Pensamos que este lugar – do pesquisado – se trate de um lugar que estabeleça uma relação sempre necessária entre pesquisado e pesquisador. Embora um não exista sem o outro, a produção de conhecimento nas pesquisas pode-se fazer para além das prerrogativas da ‘causalidade científica’ ou da lógica da subjugação ao idêntico. Como indica a leitura de Foucault (2005), não está em questão o outro como um objeto de pesquisa, mas é a própria cena que se cria entre pesquisador e

pesquisado que será o objeto da pesquisa que, por sua vez, nunca será simétrico. O objeto nesse caso não é o pesquisado, nem o pesquisador, mas é o pensamento pensando as condições de possibilidade de pensar essa cena de pesquisa.

A pesquisa em Ciências Humanas sem humanos: estratégia ético-política

Pensar, através da prática de pesquisa, como nos tornamos o que somos traz para a análise um elemento bastante central na construção do sujeito: a ideia de que se o conhecimento, através do dispositivo científico, produz verdades sobre os sujeitos, produz, portanto, modos de assujeitamento, ou seja, estabelece um determinado ser-sujeito-assujeitado nas verdades que o constituem e naquelas que sobre ele são formuladas. Nesse sentido, a pesquisa deve colocar o conhecimento e os saberes produzidos em questionamento, para compreender como tomamos algo como verdade e como essa verdade produz os modos de ser sujeito. Pesquisar para Foucault seria uma forma de realizar esse exercício. Esse exercício de pesquisa propõe, assim, que seja utilizada a razão para se indagar racionalmente (ou seja, suspeitar ou desconstruir um pensar hegemônico) sobre os efeitos da produção dos saberes que, nas sociedades ocidentais modernas, legitimam e fabricam os sujeitos pelas práticas de assujeitamento (Foucault, 2005).

A pesquisa, portanto, tem como objeto de análise os modos como fomos historicamente “levados” a construir o pensamento em um processo que articulou práticas de governo e discursos de verdade em um progressivo procedimento de governamentalização da vida. A pesquisa convoca o pesquisador a se exteriorizar quanto à cena da pesquisa, ou seja, descentrar-se da ‘cena’ para, de forma mais ampla, constituir as redes de alianças, de pontos de apoio, de domínios constituídos e inscritos nessa cena, para compreender como esse processo produz assujeitamentos na política da verdade. (Foucault, 2005).

Para Foucault, a relação entre governo e verdade constituiu historicamente a noção de um “eu”, ou seja, de uma reflexão sobre si. Um campo histórico que vai ligar subjetividade à verdade na medida em que a busca pela verdade levará o indivíduo a constituir a relação de si, ou seja, o “eu”. Portanto, a história da subjetividade tratará da história das relações entre o sujeito, a verdade e a governamentalidade. A relação – sujeito e verdade – vai se alterando ao longo da história e vai

organizando diferentes estratégias de governamentalização da vida. No livro “A Hermenêutica do Sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)”, Foucault trabalha três grandes momentos desse processo: o período helenístico, o cristianismo e o renascimento cultural. A relação da verdade com o sujeito será organizadora de como se trabalhará o conhece-te a ti mesmo e o cuidado de si compondo estratégias de governamentalidade. Assim, resumidamente, podemos dizer que no período helenístico não será possível ter acesso à verdade se não mudamos nosso modo de ser, ou seja, não estamos prontos para a filosofia. São necessárias certas operações, transformações e modificações que tornarão o sujeito capaz de verdade, tendo como referência as práticas ascéticas de Alcebiades. Alcebiades de Platão será o marco que introduzirá na filosofia a prescrição délfica da *gnôthi seautón* (conhece-te a ti mesmo) como condição primeira da prática filosófica de busca da verdade. O conhece-te a ti mesmo será ao mesmo tempo uma forma de cuidado de si. No cristianismo o sujeito tende ao erro, ao falso, porque pode cair na tentação do mal que tenta afastá-lo da verdade. Assim, é preciso que o cuidado de si seja mediado pelo pastor a quem se deve obediência. No renascimento, mais especificamente com Descartes, a verdade e o conhecimento passam a ser sinônimos. Diante disso, o sujeito como tal é, é capaz de verdade, descolando verdade de cuidado de si e de conhecimento de si (Foucault, 2010). A busca pelo conhecimento, a partir do renascimento, não dependerá de um trabalho do sujeito, prescindindo do conhecer a si mesmo e do cuidado de si. Ao contrário, os fatores subjetivos passarão a ser um problema ao pesquisador. Será necessário, a partir desse momento, criar um campo de neutralidade na prática de construção do conhecimento que será possível através do método de investigação. Esse movimento constituirá a percepção de que a produção de conhecimento - a prática científica, neste caso, - apenas representará as verdades que estão já prontas nas coisas e nos sujeitos. Podemos com Foucault, ao contrário, pensar que apesar da infrutífera busca por neutralidade, a construção do conhecimento nos produz como sujeitos do pesquisar e, também, como pesquisadores constituindo nossa relação conosco mesmos.

A questão de como governar trouxe junto a questão de como não ser governado, ou seja, a necessidade de buscar uma verdade sobre o homem para conduzi-lo dá também a este o direito de interrogar e questionar a verdade. A governamentalização é, assim, o movimento pelo

qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade posta, instrumento, portanto, para se chegar à verdade do sujeito como uma forma de desassujeitamento da política da verdade. Essa questão, ou seja, a vontade de verdade da modernidade, retoma a redundância das Ciências Humanas já que o assujeitamento, processo mediante o qual nos tornamos sujeitos do conhecimento, é possível exatamente quando se produz conhecimento sobre o sujeito. Ou seja, é quando colocamos o pensamento pensando o próprio pensamento que criamos a condição de assujeitamento do sujeito e, por sua vez, o desassujeitamento só é possível quando interrogamos a verdade e suas formas de demarcar o que existe, no mesmo processo.

Quando o pesquisador, na pesquisa em Ciências Humanas, observa o pensamento pensando o que ele pensa, ele também constrói o sujeito da pesquisa. Ou seja, o pesquisador, ao observar o humano, produz a própria possibilidade da existência do humano. E, da mesma maneira, produz sua própria condição de existência enquanto pesquisador. Vem-nos a questão: como pesquisar, produzir conhecimento sobre o humano sem assujeitá-lo à verdade? Como tornar possível “um espaço-outro” desassujeitado na pesquisa? É possível esse lugar desassujeitado no domínio das pesquisas? As contribuições foucaultianas nos levam a crer que estamos fadados a produzirmos assujeitamentos no processo de pesquisar. Mas, ao mesmo tempo, dá uma pista muito interessante: ao partirmos do entendimento de que ao pesquisar produzimos o próprio sujeito de nossas pesquisas, e que esse processo é assujeitante ou subjetivante, podemos tomar a pesquisa em Foucault como uma ferramenta não-ingênua no pensar e analisar o processo de produção do objeto como inerente ao pesquisar. E dessa forma, criar condições para um desassujeitamento no jogo da política da verdade. Ou seja, compreender como nos tornamos “objeto” nesse intrincado jogo decorrente do processo de governamentalização da vida (Foucault, 2005).

Para ilustrar esse exercício de pesquisa, trataremos duas cenas: a primeira é uma pesquisa representacionista e a segunda, uma pesquisa que propõe o *pensamento pensando enquanto ele pensa*.

Cena 1: A pesquisa representacionista – cena hipotética.

A cena de pesquisa que vamos trazer como exercício é a de um pesquisador da área das políticas públicas que, ao verificar que o Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal não

atinge a porcentagem esperada de cobertura do benefício para a aquisição da casa própria, construiu um projeto de pesquisa para analisar as causas da não garantia do direito à moradia para os sujeitos que acessaram o Programa Minha Casa Minha Vida. Com relação à metodologia, o pesquisador realizou, num primeiro momento, questionários com perguntas fechadas e, posteriormente, entrevistas semiestruturadas com uma amostra significativa de pessoas que não possuem moradia e que acionaram o projeto Minha Casa Minha Vida, mas não foram contempladas, para levantar os motivos da não garantia do direito à moradia, estabelecendo indicadores classificatórios e ordinais na população para adequar o Programa a cada grupo específico, investigando 'fatores' endógenos - renda per capita, nível de escolaridade, qualificação profissional, índice de desemprego, etc..) - e exógenos - indicadores de desenvolvimento econômico, social, ambiental, etc. daquela região em comparação aos índices 'macrossociais' - de cada grupo populacional, que venham a incidir sobre esta causalidade no não-acesso ao Programa, buscando suprir com estas informações novos Projetos que finalmente garantam o acesso ao Programa em questão. Neste caso, não se pensa, não se coloca em questão quais modelos de constituição de um determinado saber estão postos ali, ou ainda, não se problematiza quais são os regimes de verdade constituintes de objetos a serem investigados que possibilitam aquele objeto-pesquisado que possibilitam estabelecer tais índices, formular tais fatores a serem investigados, ou mesmo configurar soluções condizentes com este cenário de pesquisa.

Numa cena de pesquisa representacionista como essa, o pesquisador, com os resultados de sua pesquisa, produz uma representação do objeto estudado, ou seja, produz uma “imagem” da realidade estudada criando outra coisa que não é o próprio objeto de estudo, pois todo o cenário da pesquisa já está *a priori* constituído, já está dado. A pesquisa representacionista cria uma imagem da problemática do direito à moradia e a eficácia do Projeto Minha Casa Minha Vida, no entanto, não é a própria problemática.

Podemos tomar em questão também a problemática do direito à saúde em que essa imagem não consegue trazer, para as análises, as diferentes realidades que não cessam de acontecer referentes aos problemas de moradia dessa população inscrita no Programa Minha Casa Minha Vida. Podemos dizer ainda que, ao tomarmos a pesquisa desta forma, com a imagem representada do objeto-sujeito assujeitado na pesquisa, se

entende tanto a necessidade de moradia quanto o direito de moradia como questões naturalizadas. Assim, tais pesquisas acabam entrando numa proposta de questionar porque as políticas públicas não avançam, no entanto não questionam as condições de possibilidade das políticas públicas, em que momento foi possível pensar em direitos - e em especial o direito à moradia - e a que jogos de poder esse direito se liga e se inscreve. Seguindo nessa linha, poderíamos dizer também que a pesquisa no domínio da representação não questiona quais são os efeitos desse direito na vida das pessoas e a que processos de produção de (a)ssujeitamento ele se vincula.

Cena 2: A pesquisa que pensa o pensamento pensando

A segunda cena traz a mesma questão de pesquisa da cena 1, ou seja, compreender as causas da não garantia do direito à moradia para sujeitos que acessaram o projeto Minha Casa Minha Vida. No entanto, tal pesquisa não busca os dados já colocados, ou mesmo a construção de dados a partir da tentativa de responder ao problema. Uma pesquisa como esta, diferentemente, procura compreender com é possível que tal problemática possa ser colocada enquanto problema de pesquisa. A questão-problema não indaga as “causas” da não garantia do direito à moradia, mas procura compreender o que está em jogo no processo de não garantia de direito à moradia a pessoas que acessaram o projeto Minha Casa Minha Vida e quais são os efeitos desse jogo nos modos de produção do sujeito que tem direito à moradia bem como dos efeitos na própria constituição destes direitos.

Dessa forma, *pensar o pensamento pensando* as políticas públicas produzindo e legitimando a noção de sujeito de direitos é compreender como é possível, em que condições um eu-sujeito, pesquisador, consegue formular tal questão e quais são os efeitos desse processo. Um possível movimento de recuo para visualizar a cena do pesquisador produzindo a representação sobre os efeitos das políticas públicas na construção da noção de sujeito de direitos à moradia seria realizar algumas indagações ao pensamento do pesquisador, como por exemplo:

É possível as políticas públicas tomarem como objeto de intervenção o sujeito de direitos à moradia? Como é possível que as políticas públicas tomem como objeto de intervenção e como base a noção de direito à moradia? Quais são as condições de possibilidade para que as políticas públicas

tomem a moradia como objeto? Que racionalidades são convocadas na relação entre políticas públicas e direito à moradia? Quais são os efeitos de verdade que essa relação produz?

É indagar, portanto, pelas condições de possibilidades e pelos efeitos dessa relação. Possíveis respostas a essas questões nos remetem para os jogos de verdade que produzem o sujeito de direitos como sujeito de políticas públicas. Remonta, portanto, ao entendimento das políticas públicas como uma das estratégias de governamentalidade que conduz a população a partir de uma gestão econômica.

Evidenciar esses jogos de verdade é um exercício de estranhamento/ desassujeitamento dessas relações para uma possível construção de outras relações entre Estado, mercado econômico e sujeito de direitos. Nesse sentido, uma breve retomada das condições de possibilidade dessa articulação entre políticas públicas e sujeito de direitos nos traz muitos elementos que necessariamente devem compor a análise do campo estratégico ao se pensar o sujeito de direitos como objeto de intervenção das políticas públicas e das pesquisas formuladas neste lugar.

Referências

- Foucault, M. (2010). *Hermenêutica do Sujeito*: curso dado no Collège de France (1981-1982). 3ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2006). Psicologia de 1850 a 1950. In M. Foucault. *Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise – Ditos e Escritos I*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2007). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (9a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2005). O que é a crítica? [Crítica e Aufklärung]. Relatório da sessão de 27 de maio de 1978. In F. L. Britto. *Crítica e modernidade em Foucault: uma tradução de “Qu’est-ce que la critique?” [Critique et Aufklärung], de Michel Foucault* (35-63). Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Recebido: 01/06/2011
Revisado: 15/09/2011
Aprovado: 13/10/2011